



## REVISTA AMBIENTE CONTÁBIL

Universidade Federal do Rio Grande do Norte

ISSN 2176-9036

Vol. 17, n. 1, Jan./Jun., 2025

Sítios: <https://periodicos.ufrn.br/index.php/ambiente>

<http://www.atena.org.br/revista/ojs-2.2.3-06/index.php/Ambiente>

Artigo recebido em: 21.12.2023. Revisado por pares em: 10.04.2024. Reformulado em: 24.04.2024. Avaliado pelo sistema double blind review.

DOI: 10.21680/2176-9036.2025v17n1ID34937

**Caso de ensino: contabilidade societária e fiscal: é hora da prática!**

**Teaching case: corporate and tax accounting: it's time to practice!**

**Caso didático: contabilidad empresarial y fiscal: ¿es hora de practicar!**

### **Autores**

#### **Jordana Fialho Paula de Oliveira Sousa**

Bacharela em Ciências Contábeis, filiada à Universidade Federal de Viçosa – Campus Viçosa.

Endereço: Rua Padre Corrêa de Almeida, bairro Santa Efigênia – Belo Horizonte/MG.

Telefone: (31) 97178-9603. Identificadores (ID):

ORCID: <https://orcid.org/0009-0007-5068-5334> (0009-0007-5068-5334)

E-mail: [jordana.souza@ufv.br](mailto:jordana.souza@ufv.br)

#### **Antônio Carlos Brunozi Júnior**

Doutor em Ciências Contábeis pela Unisinos. Docente permanente do Programa de Pós-graduação em Administração da Universidade Federal de Viçosa, vinculado ao Departamento de Administração e Contabilidade. Endereço: Av. Peter Henry Rolfs s/n – Campus

Universitário, CEP: 36570 000 – Viçosa/MG. Telefone: 31 3612-7032. Identificadores (ID):

ORCID: <http://orcid.org/0000-0001-9372-6246>

Research Gate: <https://www.researchgate.net/profile/Antonio-Brunozi-Junior>

Google Citations: <https://scholar.google.com.br/citations?user=cOp6Ja4AAAAJ&hl=pt-BR>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0222405169890569>

E-mail: [antonio.brunozi@ufv.br](mailto:antonio.brunozi@ufv.br)

#### **Pedro Henrique Jesus Oliveira**

Mestrando em Administração Pública e Contabilidade Pública pela Universidade Federal de Viçosa, no Departamento de Administração e Contabilidade. Endereço: Rua Rui Barbosa, n°

256/202- Fátima, CEP: 36572-160 – Viçosa/MG. Telefone: 31 9-8421-2291. Identificadores (ID):

ORCID: <https://orcid.org/0009-0001-1179-8527>

Lattes: <https://lattes.cnpq.br/1742177151750712>

E-mail: [pedro.henrique.oliveira@ufv.br](mailto:pedro.henrique.oliveira@ufv.br)

### Resumo

**Objetivo:** O presente caso de ensino tem como objetivo aplicar rotinas contábeis vivenciadas pelos profissionais da área contábil aos alunos do curso de ciências contábeis, pois a contabilidade está diretamente ligada a qualquer Entidade, de modo que este caso de ensino é útil em escritórios contábeis, pequenas e grandes empresas e auditorias.

**Metodologia:** O caso de ensino caracteriza-se como qualitativo. Para o desenvolvimento analítico do aluno, foram criados cinco problemas que frequentemente acontece de forma verídica no dia-a-dia do contador. A fim de trazer a realidade contábil para o discente, a resolução dos problemas propostos ficará a cargo do aluno.

**Resultados:** Com base nas respostas dadas pelos alunos para a solução dos problemas, os resultados vão direcionar os estudantes a como proceder de forma legal e idônea, ou seja, amparado pela legislação quando se depararem com as situações complexas na rotina contábil.

**Contribuições do Estudo:** O presente caso de ensino contribui tanto com a literatura, ao fornecer mais uma fonte de pesquisa para a elucidação de problemas contábeis, quanto com a prática contábil, ao proporcionar situações para os estudantes solucionarem tais demandas, visto que os problemas propostos acontecem frequentemente na rotina dos contadores.

**Palavras-chave:** lançamentos contábeis; escritório contábil; clientes; balanço patrimonial.

### Abstract

**Purpose:** The purpose of this teaching case is to apply accounting routines experienced by accounting professionals to accounting students, as accounting is directly linked to any entity. Is directly linked to any entity, so this teaching case is useful for in accounting offices, small and large companies and audits.

**Methodology:** The teaching case is characterized as qualitative. For the student's analytical development, five problems were created that often occur in a real way in the day-to-day life of the accountant. In order to bring the accounting reality to the student, the resolution of the proposed problems will be the responsibility of the student.

**Results:** Based on the answers given by the students to the solution of the problems, the results will direct the students on how to proceed in a legal and proper manner, that is, supported by legislation, when they encounter the complex situations in the accounting routine.

**Contributions of the Study:** The present teaching case contributes both to the literature, by providing another source of research for the elucidation of accounting problems, and to accounting practice, by providing situations for students to solve such demands, since the proposed problems frequently occur in routine of accountants.

**Keywords:** accounting entries; accounting office; clients; balance sheet.

## Resumen

**Objetivo:** Este caso didáctico pretende aplicar las rutinas contables que experimentan los profesionales de la contabilidad a los estudiantes, ya que la contabilidad está directamente vinculada a cualquier organización está directamente vinculada a cualquier organización, por lo que este caso didáctico es útil para en oficinas de contabilidad, pequeñas y grandes empresas y auditorías.

**Metodología:** El caso didáctico se caracteriza por ser cualitativo. Para el desarrollo analítico del alumno, se crearon cinco problemas que suelen ocurrir de forma real en el día a día del contable. Para acercar la realidad contable al alumno, la resolución de los problemas propuestos será responsabilidad del alumno.

**Resultados:** A partir de las respuestas dadas por los alumnos a la solución de los problemas, los resultados orientarán a los alumnos sobre cómo proceder de forma legal y adecuada, es decir, apoyados en la legislación, cuando se encuentren con las situaciones complejas de la rutina contable.

**Contribuciones del Estudio:** El presente caso docente contribuye tanto a la literatura, al proporcionar otra fuente de investigación para el esclarecimiento de problemas contables, como a la práctica contable, al brindar situaciones para que los estudiantes resuelvan tales demandas, ya que los problemas propuestos ocurren frecuentemente en la rutina de los contadores.

**Palabras clave:** asientos contables; oficina contable; clientes; balance.

## Parte I - O caso

### 1 Introdução

As relações comerciais fazem parte do cotidiano dos povos há séculos. A ambição por constituição de riqueza e a necessidade de adquirir bens e serviços movimentam o mercado e afetam todos os setores da sociedade. Para além do impacto social, a comercialização, ligada a fatores como valorização e investimento, representam um forte instrumento propulsor da economia (Nicolau & Simaens, 2008).

Caracterizando esse sistema, é factível considerar o papel das empresas no mundo, seja de magnitude pequena, média ou de grande porte. É cabível essa relação tendo em vista que as organizações empresariais influenciam diretamente a maneira como o corpo social interage. Logo, ainda que individualmente não tenham expressividade no sistema econômico, em conjunto representam bastante influência. Para estruturação e manutenção desse modelo, é fundamental existirem práticas eficazes de controle e gerenciamento de processos (Lorenzoni & Vieira, 2013).

Existem alguns elementos que afetam a continuidade das empresas, conforme Lorenzoni e Vieira (2013, p. 2), “a falta de gestão eficaz, inexistência de planejamento antecipado, a concorrência e a utilização da contabilidade apenas para fins fiscais e não gerenciais”. Por isso, estimula-se que as práticas de controle e gestão empresariais sejam proporcionadas com o auxílio da contabilidade, uma ferramenta fundamentada por princípios normativos e que se baseia no escopo e movimentação da empresa com o objetivo de produzir informação útil.

O processo contábil abarca a coleta de extratos, notas fiscais, contratos e outros formatos de documentos comprobatórios que registrem as ocorrências (ou eventos) durante o exercício

social. A partir disso, ocorre a mensuração do efeito dessas transações contribuindo para um registro prudente e sob valor original. Existem diversas etapas e procedimentos a serem realizados até ser possível a divulgação das demonstrações contábeis, momento em que os dados quantitativos passam a representar qualitativamente a estrutura da organização (Cosenza & Rocchi, 2014).

Partindo do pressuposto de que existem várias etapas para execução da contabilidade, é plausível compreender que não é uma tarefa fácil manter o seu controle. Esse fato é atenuado principalmente em organizações que terceirizam a contabilidade, ou seja, não possuem um setor ou colaboradores próprios destinados a esse serviço. Logo, é delegado a um terceiro a função de registrar transações, elaborar relatórios contábeis, cumprir com obrigações acessórias, entre outras tarefas incumbidas ao profissional. Portanto, nesse intermédio, diversas informações podem ficar desconexas, sendo fundamental uma boa comunicação entre escritório contábil e cliente (Rodrigues, 2022).

Permeando os desafios enfrentados por um profissional contábil ao exercer a profissão em um ambiente de poucas informações advindas do cliente, vale citar a exposição ao risco fiscal. Em toda organização o risco fiscal é algo que o contador deve estar atento e preparado, pois o profissional contábil assume a responsabilidade da escrituração contábil, apuração de impostos e outras atividades pertinentes a profissão, o que pode resultar em erros fiscais e que podem ser traduzidas em multas fiscais (Grecco, 2014).

Em consonância, entende-se que a atuação contábil permeia algumas complexidades, tais como: ausência de informação e documentação para prestação do serviço, exposição ao risco, atualização frente às novas tecnologias, mercado competitivo, entre outros contextos (Grecco, 2014).

Posto isso, o objetivo deste caso de ensino, baseado em ocorrências simuladas, é apresentar situações vivenciadas por contadores e indagar possíveis maneiras de solucionar as intempéries, aproximando o leitor da percepção da rotina de um escritório contábil que presta serviço para empresas. Além disso, pretende-se despertar, no ambiente acadêmico, pensamento lógico e a capacidade de julgamento profissional no ato da tomada de decisão, principalmente no que tange a comunicação com o cliente.

Com este caso, o discente poderá desenvolver capacidades e competências práticas para a tomada de decisão na resolução de problemas cotidianos contábeis-empresariais. A comunicação e o trabalho em equipe também poderão ser moldados com este caso de ensino.

## **2 Processos e procedimentos (registros) contábeis**

A contabilidade é uma ciência social aplicada que surgiu nos tempos remotos (Coliat, 2014). Desde então, ao longo das gerações, a contabilidade foi tomando vasta proporção, principalmente no ramo comercial e de prestação de serviços. Foi oficializada e é exigida mundialmente. Deste modo, a contabilidade é o meio que auxilia os gestores na tomada de decisão, a partir da coleta de dados financeiros, registrando-os e transformando-os em forma de relatórios e informações (Ribeiro, 2013).

O exercício da contabilidade ocorre por meio de processos e tem a capacidade de gerar diversos benefícios e maneiras de agregar à entidade (Ribeiro, 2013). Antes da tomada de decisão, existem uma série de procedimentos a serem cumpridos para basear a elaboração das demonstrações contábeis. O ato de contabilizar demanda etapas, padrões e outras adicionais, a depender do nível da organização. Envolvida no processo da contabilidade, a coleta de dados constitui uma das fases iniciais e deve abarcar todas as movimentações da empresa, como compras efetuadas, empréstimos adquiridos, prestações de serviços ou vendas realizadas,

recebimentos, pagamentos de qualquer natureza, contratações, entre outras (Cosenza & Rocchi, 2014).

Essa coleta pode ocorrer por diversos meios. No caso da contabilidade empresarial externa, é comum clientes disponibilizarem materiais como extratos bancários, faturas de cartão de crédito, cupons fiscais, boletos, notas fiscais e planilha de dados. Um grande avanço tecnológico e facilitador da profissão é a possibilidade de buscar informações digitalmente, principalmente por sistemas governamentais, como: emissores municipais de notas fiscais, sites da Secretaria de Fazenda dos Estados, como por exemplo a SEFAZ em Minas Gerais e e-CAC. Por fim, o recolhimento de arquivos que comprovem as transações incorridas na empresa é crucial para a execução de uma contabilidade fidedigna, haja vista a obrigatoriedade de possuir documentos comprobatórios (Conselho Federal de Contabilidade, 2008).

Logo, é processada a parametrização e simultaneamente as informações são lançadas em sistema próprio. Do ponto de vista macro, o agrupamento é feito entre Contábil, Fiscal e Departamento Pessoal, neles são destrinchados canais para acompanhamento de ativos, passivos, patrimônio líquido, cálculo de tributos, formulação de folha de pagamento e tantas outras funcionalidades. Por conseguinte, às etapas de escrituração, é imprescindível realizar a conciliação de valores e contas contábeis a fim de alocar cada acontecimento devidamente dentro do plano de contas (Cosenza & Rocchi, 2014).

A partir disso, a contabilidade é resumida em relatórios, demonstrativos, índices, indicadores, notas e outros documentos de análise. Segundo o Comitê de Pronunciamentos Técnicos (CPC), regulamento número 26 (2011), com correlação às Normas Internacionais de Contabilidade, o conjunto completo de demonstrações contábeis inclui: balanço patrimonial ao início e final do período, demonstração do resultado, demonstração do resultado abrangente, demonstração das mutações do patrimônio líquido, demonstração dos fluxos de caixa do período, notas explicativas e demonstração do valor adicionado. Portanto, para a divulgação de todo o material, é primordial um extenso trabalho de identificação, mensuração e registro de informações.

Nesse momento, é interessante citar a importância de detalhar os fatos. Esse detalhamento deve ocorrer tanto por parte do cliente, ao informar minúcias que envolvem as transações, quanto por parte do profissional contábil ao produzir lançamentos com históricos esclarecedores e inseridos em contas específicas. A falta de detalhamento dificulta a compreensão e interpretação dos valores, reduzindo a capacidade de gerar informação útil.

Isto posto, faz-se relevante tratar das funções e proventos que o serviço contábil pode proporcionar. Segundo Iudícibus (2000, p. 28), um dos objetivos principais é “... fornecer informação econômica relevante para que cada usuário possa tomar suas decisões e realizar seus julgamentos com segurança”. Para exemplificar, uma Demonstração de Resultado esclarece as principais despesas e custos incorridos, dá ciência dos recursos da entidade e se existem adaptações cabíveis. Ainda, informações da receita são fundamentais no âmbito da análise estrutural da organização. Uma perspectiva de contraste é entre receita bruta e receita líquida, que permite visualizar o quanto as deduções estão impactando no valor líquido (Iudícibus, 2000).

Ademais, segundo Rodrigues (2022), são benefícios da contabilidade sob caráter gerencial para uma empresa: redução de riscos, aumento de produtividade, precificação mais eficiente e otimização da gestão financeira. Diante disso, utilizá-la apenas como forma de cumprimento legal é agir de forma ineficaz, eximindo da oportunidade de transformar a despesa em investimento.

Uma vertente crescente no ramo é a contabilidade digital, a qual teve surgimento no permear da década de 2010 e é alvo de estudos e indagações sobre os prós e contras da prática.

De acordo com Manes (2023), essa “representa a otimização dos serviços contábeis por meio da internet e softwares online, agregando conceitos como a automação, inteligência artificial e análise de dados ao trabalho do contador”. Como complemento, a contabilidade digital possibilita que profissional contábil atue de forma consultiva e preventiva, o que se torna um diferencial para a gestão das organizações. Todo esse processo agrega valor e contribui para o crescimento do cliente (Andrade & Mehlecke, 2020). Contudo, preocupa-se com a subestimação da função e das operações, é fundamental um ambiente de forte interação entre cliente e profissional, possuindo condições tecnológicas necessárias, além da convergência de propósitos com o intuito de uma plena implementação do serviço e coerente entrega de relatórios.

### 3 O caso: Contexto e Dilema

A empresa Máxima Serviços de Consultoria foi constituída em 2020 com o intuito inicial de prestar serviços digitais nos ramos financeiro e gerencial. Após algum tempo em atividade, a empresa percebeu, por parte de alguns clientes e posterior análise de mercado, a demanda crescente por serviços contábeis. A clientela era formada unicamente por empresas prestadoras de serviço, refletindo em uma contabilidade sem movimentação de estoques e a maioria dos tributos ligados a prestação de serviços. Ademais, seguindo a forte crescente de contratação de Pessoas Jurídicas, poucas empresas possuíam folha de pagamento. Portanto, para a Máxima, a prestação de serviço contábil exigiria principalmente a conciliação de notas fiscais de entrada e saída, a escrituração de Livro Diário, cumprimento de obrigações acessórias e a emissão de guias de tributos municipais, estaduais e federais.

A partir disso, o escritório, estruturado em uma sociedade limitada, acrescentou à carta de serviços as atividades contábeis. Contrataram um analista contábil e, após um ano de demanda intensa, decidiram agregar um estagiário ao time para colaborar com afazeres ligados à escrituração. A pessoa escolhida para tal chama-se Murilo, ele está no último ano da graduação em Ciências Contábeis e possui experiência profissional obtida em outros estágios. Murilo percebeu a necessidade de readaptar-se, pois havia trabalhado apenas com contabilidade presencial e a Máxima seguia modelo digital, o que exigiu bastante organização e boa interação com os clientes.

Passados alguns meses, o estagiário entendeu a dinâmica do novo emprego. Contudo, havia um cliente em especial que dificultava a atuação profissional do jovem: Sites & Mídias LTDA. A empresa atuava criando sites e realizando a gestão de mídias sociais para organizações. Após o recebimento do novo cliente, a Máxima solicitou o envio de documentos basilares, como contrato social, cartão CNPJ, certificado digital, documentos dos sócios, balanço patrimonial e livro diário do exercício anterior e outros relatórios contábeis para possibilitar e fundamentar o escopo contábil da Sites & Mídias, a partir dos saldos iniciais. Em concordância, o novo cliente enviou integralmente a documentação solicitada.

Todavia, ainda que a Sites & Mídias atuasse diretamente em meios digitais, o que possivelmente facilitaria a relação ao contratar uma contabilidade digital, o novo cliente tinha dificuldade em atender as necessidades da Máxima. Esse fato foi percebido ao longo da prestação de serviço, ao notarem que a contratante apresentava complexidades que se opunham à entrega de um serviço fidedigno e com capacidade de verificação.

Murilo, partindo de experiências anteriores, ao analisar a demonstração contábil enviada, notou que a empresa possuía um balanço patrimonial enxuto, conforme apresentado na Tabela 1: sem saldo em Caixa, um registro de conta bancária (conta corrente e aplicação), valor em duplicatas a receber, poucos imobilizados (e suas respectivas depreciações). No

patrimônio líquido, havia o capital social somado aos resultados anteriores. O valor em fornecedores era mediano, e outros credores tratavam-se apenas de impostos.

**Tabela 1**  
*Balanço Patrimonial*

Balanço Patrimonial			
Ativo		Passivo	
Ativo Circulante	R\$ 19.638,08	Passivo Circulante	R\$ 9.996,75
Banco S.A conta corrente	R\$ 532,70	Fornecedores	R\$ 4.582,89
Banco S.A aplicação financeira	R\$ 17.291,48	Simples Nacional a recolher	R\$ 413,86
Duplicatas a Receber	R\$ 6.813,90	Pró-Labore a pagar	R\$ 5.000,00
Ativo Não Circulante		Passivo Não Circulante	
Realizável a longo prazo	R\$ -		
Imobilizado	R\$ 14.100,00	Patrimônio Líquido	R\$ 28.741,33
Equipamentos de informática	R\$ 12.000,00	Capital Social Subscrito	R\$ 25.000,00
Móveis e utensílios	R\$ 2.500,00	(-) Capital Social a Integralizar	R\$ 5.000,00
(-) Depreciação acumulada	R\$ 400,00	Resultado acumulado	R\$ 8.741,33
Intangível	R\$ -		
Total	R\$ 38.738,08	Total	R\$ 38.738,08

**Fonte:** dados da pesquisa.

Na etapa de alinhamento de processos, a analista contábil repassou a informação de que a Sites & Mídias atuava apenas remotamente, não existia espaço físico próprio e os colaboradores trabalhavam em domicílio. Essa realidade ajudou a compreender a ausência de contas a pagar relacionadas a contrato de aluguel, consumo de água e energia elétrica, contratação de internet e outros gastos vinculados. O estagiário, atento à conversa, observou e se indagou:

Estagiário Murilo: Então os sócios trabalham e também possuem funcionários, como ocorrem os lançamentos de pagamentos? Não há registro de salários a pagar, apenas pró-labore. Penso que no decorrer da contabilidade será interessante dialogar com o cliente sobre esses pontos.

Adiante, no primeiro mês de efetiva execução do serviço contábil, a empresa contratante enviou a documentação mensal anteriormente acordada: extrato bancário, notas fiscais de entrada, notas fiscais de saída, planilha descritiva de gastos e recebimentos. Ao avaliar o material, Murilo pôde compreender que os funcionários exerciam função sob regime de Pessoa Jurídica, ou seja, o vínculo era exercido como prestação de serviço entre empresas e por essa razão não havia lançamento anterior de Salários a Pagar em contrapartida à Despesa com Salários. Tal fato foi ao encontro com a maioria dos clientes da Máxima, que mantêm o regime de trabalho entre pessoas jurídicas. Vale ressaltar que essa ponderação foi obtida através da conciliação de informações entre planilha, notas fiscais e confirmação com o cliente.

As notas eram registradas no módulo fiscal do sistema operacional sucedendo a parametrização com o módulo contábil. No decorrer do tempo, o estagiário começou a perceber que a conciliação dos custos lançados com os pagamentos realizados não fazia sentido. Se lançasse as saídas monetárias de acordo com a declaração de gasto por prestador de serviço, a conta de Fornecedores atingiria saldo devedor. Diante do imbróglio, Murilo foi orientado a contatar, através de e-mail, os responsáveis da Sites & Mídias para entender o porquê de os pagamentos sobressaírem os custos, obtendo o retorno:

Sócia da Sites e Mídias: Alguns colaboradores frequentemente esquecem de emitir a nota de serviço prestado e não temos o hábito de cobrá-los rigorosamente. Por esse motivo, por vezes realizamos o pagamento ao colaborador mesmo que não tenhamos recebido a nota fiscal.

Dessa maneira, foi possível compreender o contexto. A empresa efetua o pagamento, representando um possível débito em Fornecedores, porém em razão da ausência de notas fiscais, não há crédito na conta contábil que permita equalizar os saldos, haja vista ser fundamental a existência de documento comprobatório para registro da despesa em contrapartida ao valor a pagar.

Ainda na conciliação, foi percebido o registro de pagamento para um novo sócio. Seguindo os critérios de identificação e mensuração pautados na contabilidade, Murilo sabia que antes de debitar na conta de Pró-Labore, ele deveria verificar a real participação desse sócio recentemente integrado ao Capital Social da empresa, haja vista que o cliente não realizou contato para informar sobre a alteração. Por meio de consulta ao portal da Receita Federal, constatou que o Quadro Societário não foi modificado e exibia as mesmas pessoas apresentadas no contrato social anteriormente disponibilizado, o que levou o estagiário a reportar a equipe:

Estagiário Murilo: Está sendo complexo conciliar os gastos com mão de obra e os respectivos reconhecimentos. O cliente infelizmente não possui documentação comprobatória que relacione os pagamentos. Peço ajuda para a equipe com intuito de buscarmos a melhor maneira de solucionarmos os serviços sem nota fiscal e a remuneração para sócio não constituinte.

Em oposição às contas de passivo, foi feita a conciliação bancária a fim de compreender o funcionamento da conta de banco da empresa. Além dos pagamentos mencionados anteriormente, havia recebimentos de entradas de receita, rendimentos de aplicações financeiras, taxas bancárias, dispêndios de tributos, dentre outros. Em concordância ao procedimento padrão da Máxima de validação das informações, no que tange aos gastos tributários, foi realizada uma busca no portal e-CAC com a finalidade de verificar se as saídas foram realmente para subsidiar impostos e taxas, qual a competência devida e se houve ocorrência de multa e juros em caso de atrasos. Satisfatoriamente, os registros da planilha estavam de acordo com a movimentação divulgada pelo sistema governamental.

Por outro lado, sob análise minuciosa dos dados informados no portal, foi identificado um pagamento de tributo para o próprio CNPJ da Sites & Mídias que não constava em nenhuma movimentação financeira da empresa. Diante disso, Murilo se indagou:



Estagiário Murilo: Não compreendi essa transação. Pela lógica da Entidade contábil, na ocorrência de uma declaração de arrecadação a pagar, o desembolso deve ocorrer por parte da própria organização. Não houve movimentação de reembolso e a Sites & Mídias não trabalha com valores em caixa físico. Será necessária uma tratativa para o ocorrido a fim de alinhar a despesa tributária com seu respectivo pagamento.

Enquanto conciliava extrato bancário e planilha descritiva, Murilo notou diversas transferências bancárias envolvendo uma instituição financeira específica, que não estava detalhado como pagamento, nem receita, tampouco reembolso. Logo, do que se trataria tamanha movimentação de entradas e saídas monetárias? Para analisar a melhor maneira de registrar o lançamento, Murilo solicitou esclarecimento ao cliente e recebeu, por e-mail, o respectivo retorno:

Sócia da Sites & Mídias: As transferências ocorrem em contas próprias da Sites & Mídias. Uma conta bancária é registrada no Banco S.A, à qual disponibilizamos para a contabilidade os extratos, e a outra é no Comércio & Banco. O último citado é uma conta recentemente aberta, devido alguns erros de validação de acesso o *login*, ela foi bloqueada. O banco regulamenta que para liberação é necessário comparecimento presencial na sede. Logo, o acesso digital à conta está temporariamente bloqueado, enquanto o sócio administrador não puder dirigir-se ao banco. Por esse motivo, os extratos não foram enviados.

Ainda no ramo do Ativo, durante a inspeção dos documentos, o estagiário notou uma compra intitulada como aquisição de *notebook*. A transação, em alto valor, demonstrava ter sido efetuada à vista. Para compreender o caso, Murilo entrou em contato, por e-mail, com os sócios responsáveis da empresa de Sites & Mídias e, como resposta, recebeu o retorno de que o equipamento era destinado para própria Sites & Mídias (ainda que por uso em *home office*, o investimento possuía o intuito de evoluir as tecnologias envolvidas no processo de criação) e como embasamento ocorreu o envio da nota fiscal de entrada.

Nesse momento houve mais uma surpresa. Examinando a fatura, foi brevemente constatado que o destinatário nomeado na nota fiscal do equipamento era representado por um CPF, precisamente identificado pelo nome de um dos sócios. Contudo, o esperado é que o destinatário do produto fosse a organização, identificada por CNPJ próprio e suas atribuições cadastrais. O fato, inédito na experiência profissional do estagiário, ocasionou a recorrer novamente aos seus superiores com a seguinte questão:

Estagiário Murilo: Partindo do ponto que a compra foi realizada com recurso próprio da empresa, a informação de que o equipamento está sendo utilizado nos meios de produção e tem caráter de investimento, acredito que o bem deva ser reconhecido no Ativo Imobilizado e depreciado corretamente. Ainda, cabe considerar que é exequível registrar a saída de Bancos e representa um benefício à organização ao elevar seus bens no Ativo Não Circulante. Contudo, como representar essa transação se originalmente não há documento que declare a propriedade?

Em suma, as ocorrências verificadas pelo Murilo abarcaram pagamentos a funcionários e sócios, carência de emissão de notas fiscais de entrada, gasto com tributação sem fonte de recurso definida, ausência de extrato bancário de determinada conta corrente e compra de equipamento em nome de terceiro. Tendo em vista essas complexidades que permearam o período de execução contábil, a equipe operacional da Máxima (estagiário, analista e outros colaboradores) reuniu-se com o objetivo de analisar internamente todo o contexto e esclarecer cada caso. Em seguida, realizaram contato com o cliente a fim de planejar meios para solucionar o que fosse possível e acordarem uma melhor estrutura metodológica de trabalho contábil na Sites & Mídias para os períodos futuros.

A intenção era prover soluções ao cliente, fornecendo um serviço de eficiência, baseado na qualidade necessária de informação para a Máxima e visando facilitar para que o contratante

cumpra com as prerrogativas desejadas pela contabilidade. Durante a reunião, elencaram alguns questionamentos para desatar o caso e trazer soluções.

No decorrer da reunião, a equipe da Máxima apresentou as questões contábeis que estavam sem soluções, seja por falta de documentação comprobatória ou por algum outro motivo. Foi explicado para a Sites & Mídias a importância de que toda movimentação, seja financeira ou patrimonial, tenha documento comprobatório. Com isso, a Sites & Mídias se comprometeu realizar operações mediante documentos fiscais. Na reunião, foram apresentados os seguintes problemas para serem resolvidos:

- i. Em relação aos pagamentos de Pessoa Jurídica sem nota fiscal, como alinhar com o cliente a necessidade da emissão desse documento? No cenário atual, como registrar os gastos já efetuados?**
- ii. Há um lançamento definido como pagamento a sócio que não está no contrato social, como deve ser tratado o ocorrido para fundamentar o registro na contabilidade?**
- iii. Existe uma conta bancária com recurso e movimentação que não está divulgada no balanço e nos lançamentos, bem como não há documentação comprobatória. Há uma forma de conciliar com a Sites & Mídias esse caso e manter o contábil sob caráter fidedigno e tempestivo?**
- iv. Sobre o pagamento de tributo reconhecido no e-CAC, mas com origem desconhecida, qual a tratativa contábil a ser realizada?**
- v. No que concerne à compra do imobilizado, deve ser registrado esse bem? Se sim, há um caminho para solucionar junto ao cliente a indevida identificação do comprador? Em caso de não reconhecimento como um ativo da empresa, como lançar a saída monetária?**

## Referências

Andrade, C. B. H., & Mehlecke, Q. T. C. (2020). As inovações tecnológicas e a contabilidade digital: Um estudo de caso sobre a aceitação da contabilidade digital no processo de geração de informação contábil em um escritório contábil do Vale do Paranhana/RS. *Revista Eletrônica de Ciências Contábeis*, 9(1), 93-122.

Coliath, G. C. (2014). A Contabilidade como Ciência Social e sua contribuição para o Capitalismo. *Revista Eniac Pesquisa*, 3(2), 152-161. DOI: <https://doi.org/10.22567/rep.v3i2.157>

Comitê de Pronunciamentos Contábeis [CPC]. (2011). Recuperado de <https://www.cpc.org.br/CPC/DocumentosEmitidos/Pronunciamentos/Pronunciamento?Id=5>

Conselho Federal de Contabilidade [CFC]. (2008). Recuperado de [https://lume-re-demonstracao.ufrgs.br/analista-contabil/livro\\_principios\\_e\\_NBCs.pdf](https://lume-re-demonstracao.ufrgs.br/analista-contabil/livro_principios_e_NBCs.pdf)

Cosenza, J. & Rocchi, C. (2014). A automatização da escrituração contábil no Brasil: desenvolvimento e utilização do sistema ficha triplíce. *Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ*, 19(1), 2-23. DOI: <https://doi.org/10.12979/7504>

Grecco, G. B. (2014). *Proposta para mitigação do risco fiscal das organizações contábeis brasileiras*. (Dissertação de Mestrado). Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, SP.

Iudícibus, S. (2000). *Teoria da contabilidade*. (6 ed). São Paulo: Atlas.

Lorenzoni, R., & Vieira, E. T. V. O. (2013). Controle Interno e a Auditoria como Ferramenta de desenvolvimento nas Micro e Pequenas Empresas. *Revista GEDECON*, 1(1), 118-130.

Manes, G. *Contabilidade Digital: guia completo*. Recuperado em 16 de setembro, 2023, de: <<https://blog.contaazul.com/contadores/contabilidade-digital/>>.

Nicolau, I., & Simaens, A. (2008). O impacto da Responsabilidade Social das Empresas na Economia Social. *Revista Portuguesa e Brasileira de Gestão*, 7(1), 68-86.

Ribeiro, O. M. (2013). *Contabilidade Básica*. São Paulo, Atlas.

Rodrigues, A. L. (2022, 16 de agosto). *Quais os benefícios da contabilidade gerencial para a empresa? Ela oferece informações financeiras e contábeis que são precisas e valiosas para o crescimento do negócio*. Recuperado de <https://www.jornalcontabil.com.br/quais-os-beneficios-da-contabilidade-gerencial-para-a-empresa>.

## Parte II

### 4 Notas de Ensino

#### 4.1 Resumo Indicativo

**Contexto:** O caso apresenta a perspectiva de um estagiário trabalhando em um escritório contábil digital e a maneira de como lidar com situações cotidianas da profissão. Ao longo das atividades, deparou-se com um cliente recente que apresentava diversas complexidades. Devido a característica frequente de inconsistência em valores e transações, através de extratos bancários e relatórios gerenciais, o estagiário notava casos que demandavam indagação à analista contábil ou ao cliente. Tendo em vista que a contabilidade é um serviço contínuo e regido por características qualitativas, não permitindo incoerência nos lançamentos, o estagiário findou em uma reunião interna com o intuito de buscar soluções que o capacitassem para o andamento do ofício.

**Dilema:** Após a equipe analisar internamente o contexto do cliente, a fim de compreender as demandas para continuidade das obrigações, o foco do caso é abordar individualmente cada situação percebida durante a execução do serviço contábil. Em razão do caráter conflituoso das ocorrências, a dificuldade em lidar com o cliente e a obrigatoriedade em seguir normas éticas regentes da profissão, torna-se um dilema buscar as melhores soluções factíveis para o cliente. Todavia, ressalta-se a importância de o profissional contábil atuar respaldado pela legislação para evitar qualquer tipo de sanção.

**Fechamento do caso:** Este caso pretende aproximar o estudante de graduação da execução do serviço contábil, praticando um contexto rotineiro em que é fundamental o contato efetivo com cliente, capacidade de atuar sob perspectiva contábil e pensamento lógico. Entende-se a necessidade de propor aos alunos uma experiência, ainda que inicial, como contadores de escritório empresarial. Além disso, o caso desperta a atenção para a frequente desinformação por parte dos contratantes do serviço, e a conseqüente falta de reconhecimento e valorização dos benefícios de uma contabilidade executada corretamente.

**Palavras-chave:** lançamentos contábeis; escritório contábil; clientes.

## 4.2 Fonte de Dados

No que tange a formulação do caso (contexto e dilema), foram simulados dados hipotéticos, tanto a empresa contratante quanto a contratada foram criadas para constituição do cenário. No entanto, as situações do caso foram baseadas em vivências rotineiras de profissionais contábeis, também formuladas por simulação e não enquadradas em registros formais. Vale mencionar que o trabalho foi regido pela literatura básica de conceitos contábeis e fortemente colaborado pelas normativas do Conselho Federal de Contabilidade e Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

## 4.3 Objetivos Educacionais

Considerando a abordagem direta sobre lançamentos contábeis e técnicas de identificação, mensuração e divulgação, o caso é destinado principalmente aos alunos de graduação do curso de Ciências Contábeis, tendo em vista uma perspectiva baseada em registro e julgamento de práticas complexas na contabilidade. Eventualmente pode ser aplicado para cursos como Administração, Agronegócio, Cooperativismo, Economia, em disciplinas que abordem conteúdos contábeis. O objetivo principal do caso é promover familiaridade com a profissão de contador e apresentar situações intrigantes vivenciadas na prática contábil, expondo contextos diferentes daqueles normalmente transmitidos em sala de aula.

Por conseguinte, a finalidade é despertar no aluno pensamento lógico, capacidade de julgamento profissional, tomada de decisão e habilidade em comunicar com o cliente, identificando inicialmente quais são os pontos necessários a serem tratados e qual a melhor forma de alinhar as demandas para execução do serviço contábil. O caso de ensino decorre quando existe a participação dos discentes como agentes atuantes no processo de ensino-aprendizagem, além de proporcionar uma aproximação com a realidade profissional (Leal, Miranda & Casa Nova, 2017).

## 4.4 Alternativas para a Análise do Caso

,Para a aplicação do caso, inicialmente, recomenda-se que a turma seja dividida em grupos de quatro ou cinco alunos. Propõe-se a apresentação do caso em duas etapas: primeiro, o docente pede aos alunos para efetuar a leitura individualmente, na sala de aula; segundo, uma apresentação do caso pelo próprio docente, esclarecendo as dúvidas e relacionando pontos do caso com o que já foi estudado no decorrer da disciplina em questão. Os grupos devem se reunir e apresentar as suas decisões no formato de seminário, com apresentações curtas. Na apresentação, os grupos devem expor a decisão tomada e focar nos motivos de ter tomado tal

decisão, utilizando conteúdos estudados na própria disciplina, tendo assim justificativas diferentes nas diversas disciplinas que estudarão o caso.

Cabe mencionar que atualmente, o aluno conta com diversas fontes de informações que dão suporte para auxiliar na tomada de decisão, tais como regulamento do ICMS estadual, soluções de consulta (COSIT), canais no YouTube, dentre outros meios.

Durante todo o processo, o docente deve enfatizar a importância dos estudantes se sentirem parte da história, ou seja, como se vivenciassem a real situação, para que possam tomar a melhor decisão. Por tratar-se de um escritório contábil, que envolve a relação com o cliente, é desejável que o docente oriente a resolução do caso da melhor forma e entendendo que os clientes possuem conhecimentos diferenciados quanto à contabilidade.

#### 4.5 Organização e Sugestões de Soluções para as Questões

As respostas das questões apresentadas no tópico seguinte são tratadas apenas como auxílio e sugestão de resolução. Não necessita ser tratada como verdade absoluta e pode ser resolvido de variadas formas, fomentando novas ideias, por parte tanto do docente como dos discentes.

- i. **Em relação aos pagamentos de Pessoa Jurídica sem nota fiscal, como alinhar com o cliente a necessidade da emissão desse documento? No cenário atual, como registrar os gastos já efetuados?**

*Sugestão para resposta:*

O intuito é apresentar para o cliente a importância da nota fiscal como documento comprobatório (no sentido de fundamentar o lançamento contábil) e que sua ausência ocasiona saldos errados no resultado e balanço patrimonial, tendo em vista a inviabilidade do reconhecimento da despesa (Origuela, 2017). Propondo soluções breves, a Máxima instruiria à contratante que cobrasse dos prestadores de serviço todas as notas em atraso, em seguida os gastos poderiam ser lançados na conta contábil do Ativo Circulante “Adiantamento a Fornecedores”. Logo, no momento em que as notas de entrada fossem recebidas e lançadas no sistema Fiscal seria possível reconhecer a despesa e creditar os valores inseridos em adiantamento.

- ii. **Há um lançamento definido como pagamento a sócio que não está no contrato social, como deve ser tratado o ocorrido para fundamentar o registro na contabilidade?**

*Sugestão para resposta:*

Percebe-se novamente a necessidade de alinhar com os responsáveis pela Sites & Mídias o ocorrido, cabendo avaliação sobre o ocorrido. Toda movimentação financeira ou não, que diz respeito a empresa tem que ser registradas para que exista a fidedignidade das informações (Martins et al., 2020). Considerando que o cliente não informou tampouco solicitou alteração no contrato social, esse é realmente um caso de um novo sócio inserido na composição da organização? Vale analisar se foi um engano ao formular a planilha de gastos ou se realmente pretendem integrar mais um participante à sociedade. Contabilmente, considerando que seja um novo sócio, seria plausível estudar a possibilidade da emissão de uma nota fiscal de entrada ou registrá-lo como um adiantamento para em seguida ser creditado por pró-labore. Por outro

lado, tratando apenas de engano, a tratativa depende do motivo que ocasionou o desembolso financeiro.

- iii. Existe uma conta bancária com recurso e movimentação que não está divulgada no balanço e nos lançamentos, bem como não há documentação comprobatória. Há uma forma de conciliar com a Sites & Mídias esse caso e manter o contábil sob caráter fidedigno e tempestivo?**

*Sugestão para resposta:*

Para entrega do balanço patrimonial sob estrutura e valor original é imprescindível que o cliente solucione a problemática com a instituição financeira e forneça os extratos bancários, de modo que na elaboração do balanço patrimonial conste todas as movimentações financeiras do período. Portanto, a forma de conciliar com a Sites & Mídias parte também de explicar a importância do documento e como sua ausência afeta nas demonstrações contábeis (Silva et al., 2010). Por fim, é interessante alinhar prazos com o cliente a fim de que a falta dos extratos não afete o período de emissão do balanço.

- iv. Sobre o pagamento de tributo reconhecido no e-CAC, mas com origem desconhecida, qual a tratativa contábil a ser realizada?**

*Sugestão para resposta:*

Esse ponto demanda entendimento direto com o cliente para compreender o que motivou a arrecadação aos cofres públicos, qual a causa e finalidade do pagamento, tal esclarecimento auxiliaria identificar qual a despesa específica incorrida. Faz-se necessário também questionar qual a via de pagamento. Diante do contexto é possível supor que o gasto foi efetuado na conta bancária da instituição “Comércio & Banco” quando ainda possuíam acesso, sendo também capaz que o desembolso tenha ocorrido por parte de algum dos sócios. Enfim, a partir dessa explanação seria viável visualizar uma tratativa contábil registrando o ocorrido.

Outra sugestão de resposta está embasada que o pagamento do imposto tenha sido efetuado pela pessoa física de algum sócio da Sites & Mídias. Desta forma, o pagamento seria reconhecido normalmente como uma despesa e os lançamentos contábeis dessa operação seriam contabilizados, de modo a fechar toda operação contábil.

- v. No que concerne à compra do imobilizado, deve ser registrado esse bem? Se sim, há um caminho para solucionar junto ao cliente a indevida identificação do comprador? Em caso de não reconhecimento como um ativo da empresa, como lançar a saída monetária?**

*Sugestão para resposta:*

As atividades empresariais devem ser baseadas na pressuposição contábil da entidade, que versa sobre a distinção entre patrimônio próprio da organização e dos sócios, não havendo confusão entre ambos. De acordo com o CPC 27, um imobilizado deve ser registrado quando for provável que futuros benefícios econômicos associados a ele fluirão para a entidade. Com isso, é necessário registrar o *notebook* comprado. Tendo em vista que o item foi adquirido via saída bancária da empresa, é cabível escriturar diretamente a operação entre troca de ativos,

reduzindo a conta Bancos S.A. e aumentando a conta Equipamentos de Informática, alocada no ativo não circulante a nível imobilizado.

No que tange a documentação comprobatória da compra realizada, para solucionar a nota fiscal emitida em nome do sócio, existe a viabilidade de emitir uma nota de entrada de compra de ativo imobilizado, sendo o emitente a pessoa jurídica. A partir desse documento, considerando o devido detalhamento dos dados, o cliente terá o registro de posse do bem.

## Referências

Comitê de Pronunciamentos Contábeis [CPC]. (2009). CPC 27: Ativo Imobilizado.

Recuperado de [https://s3.sa-east-](https://s3.sa-east-1.amazonaws.com/static.cpc.aatb.com.br/Documentos/316_CPC_27_rev%2022.pdf)

[1.amazonaws.com/static.cpc.aatb.com.br/Documentos/316\\_CPC\\_27\\_rev%2022.pdf](https://s3.sa-east-1.amazonaws.com/static.cpc.aatb.com.br/Documentos/316_CPC_27_rev%2022.pdf)

Leal, E. A., Miranda, G. J., & Casa Nova, S. P. D. C. (2017). *Revolucionando a sala de aula: como envolver o estudante aplicando técnicas de metodologias ativas de aprendizagem*. São Paulo: Atlas.

Martins, E., Miranda, G. J., & Diniz, J. A. (2020). *Análise Didática das Demonstrações Contábeis*. São Paulo: Atlas.

Origuela, L. A. (2017). Os Principais Impactos do SPED na Profissão Contábil: Uma Análise da Percepção dos Profissionais de Contabilidade. *Caderno Profissional de Administração da UNIMEP*, 7(1), 45-62.

Silva, D. J.C., Miranda, L. C.; Freire, D. R. & Anjos, L. C. M. (2010). Para que serve a informação contábil nas Micro e Pequenas Empresas? *Revista Contemporânea de Contabilidade*, 1(13), 89-106.